

ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIO PÚBLICO: UM ESTUDO DE ACESSIBILIDADE DO MERCADO MUNICIPAL DE UBERABA

Ligia Maria Gomes Grieco¹; Priscila Lima de Oliveira¹; Carlos Roberto Mangussi Filho¹; André Luiz Alves da Silva¹; Carlos Roberto Mangussi¹; Luis César de Oliveira¹

¹Universidade de Uberaba - UNIUBE, Brasil

Autor Correspondente: ligiamggrieco@gmail.com

RESUMO

A acessibilidade em edificações públicas de valor histórico representa um importante desafio técnico, sobretudo pela necessidade de conciliar inclusão social e preservação patrimonial. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade do Mercado Municipal de Uberaba, bem tombado de relevância histórica e cultural para o município. A pesquisa foi desenvolvida com base na legislação brasileira vigente e nos parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050, utilizados como referência para a análise das condições de acesso, circulação e permanência no local. A metodologia adotada caracteriza-se como estudo de caso, envolvendo levantamento histórico da edificação, visitas técnicas para coleta de medidas, registros fotográficos e inspeção dos ambientes internos, sanitários e áreas externas. A partir da análise realizada, busca-se identificar barreiras arquitetônicas e urbanísticas que dificultam a utilização plena do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Com base nesse diagnóstico, são apresentadas propostas de adequação técnica que visam melhorar a acessibilidade sem comprometer as características arquitetônicas e históricas do imóvel. Conclui-se que a adoção de soluções acessíveis em patrimônios históricos é fundamental para garantir segurança, autonomia e igualdade de uso, promovendo a inclusão e ampliando o acesso democrático aos espaços públicos.

Palavras-chave: acessibilidade; edifício público; patrimônio histórico; NBR 9050; mobilidade reduzida.

ABSTRACT

Accessibility in historic public buildings represents an important technical challenge, especially due to the need to reconcile social inclusion with heritage preservation. In this context, this study aims to evaluate the accessibility conditions of the Uberaba Municipal Market, a listed building of historical and cultural relevance to the municipality. The research was developed based on current Brazilian legislation and the parameters established by ABNT NBR 9050, used as references for analyzing access, circulation, and permanence conditions within the site. The adopted methodology is characterized as a case study, involving a historical survey of the building, technical visits for on-site measurements, photographic records, and inspection of internal areas, restrooms, and external access routes. Based on the analysis carried out, the study seeks to identify architectural and urban barriers that hinder the full use of the space by people with disabilities or reduced mobility. From this diagnosis, technical adaptation proposals are presented to improve accessibility without compromising the architectural and historical characteristics of the property. It is concluded that the adoption of accessible solutions in historic heritage buildings is essential to ensure safety, autonomy, and equal use, promoting inclusion and expanding democratic access to public spaces.

Keywords: accessibility; public building; historic heritage; NBR 9050; reduced mobility.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade em edifícios públicos constitui tema de elevada relevância no campo da Engenharia Civil, da Arquitetura e do Urbanismo, especialmente quando relacionada a bens tombados como patrimônio histórico. A promoção de espaços acessíveis representa condição essencial para garantir o uso seguro, autônomo e equitativo por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, assegurando o direito fundamental de ir e vir e a plena participação social (Brasil, 2015).

No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a acessibilidade deve ser compreendida como direito fundamental, sendo dever do poder público e da sociedade garantir condições adequadas de acesso, circulação, permanência e utilização dos espaços urbanos e edificações públicas. Complementarmente, o Decreto nº 5.296/2004 regulamenta critérios gerais de promoção da acessibilidade, reforçando a necessidade de eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas (Brasil, 2004).

Quando se trata de edificações históricas tombadas, como o Mercado Municipal de Uberaba, surge um importante desafio técnico: compatibilizar a preservação patrimonial com as exigências contemporâneas de acessibilidade. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), intervenções em bens protegidos devem respeitar seus valores arquitetônicos,

culturais e simbólicos, preservando sua identidade histórica sem comprometer sua função social e o acesso democrático da população (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014).

Nesse cenário, a norma ABNT NBR 9050 constitui a principal referência técnica para avaliação e adequação da acessibilidade em edificações, estabelecendo critérios e parâmetros aplicáveis ao projeto, à construção e à adaptação de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020). A aplicação dessa norma em edificações históricas exige análise criteriosa e soluções compatíveis com as limitações construtivas existentes.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade do Mercado Municipal de Uberaba, identificando barreiras arquitetônicas e funcionais presentes no edifício e verificando sua conformidade com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050. Busca-se ainda propor diretrizes de intervenção técnica compatíveis com a preservação patrimonial, contribuindo para o debate sobre inclusão social, cidadania e uso democrático dos espaços públicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Mercado Municipal de Uberaba, inaugurado em 1924, constitui importante patrimônio histórico e cultural do município, sendo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONDEPHAU). Além de sua relevância arquitetônica, a edificação desempenha papel fundamental como espaço de comércio, convivência social e fortalecimento das relações urbanas, consolidando-se como equipamento público de grande valor coletivo.

Em edificações dessa natureza, a acessibilidade torna-se aspecto indispensável, pois envolve a necessidade de garantir condições adequadas de uso, circulação, segurança e conforto a todos os usuários, sem descaracterizar os elementos históricos e arquitetônicos do bem tombado. Para Sasaki (2009), a acessibilidade constitui instrumento de inclusão social e deve ser compreendida como condição essencial para o exercício da cidadania, permitindo que todos usufruam dos espaços de forma autônoma e segura.

A Lei Brasileira de Inclusão reforça esse entendimento ao estabelecer que barreiras urbanísticas, arquitetônicas e comunicacionais devem ser eliminadas para assegurar igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Em edifícios públicos históricos, essa necessidade se torna ainda mais sensível, pois exige soluções técnicas que conciliem preservação patrimonial e inclusão social.

No campo da Engenharia Civil, a avaliação da acessibilidade fundamenta-se principalmente na ABNT NBR 9050, que estabelece parâmetros para acessos, circulação horizontal e vertical, rampas, escadas, corrimãos, sanitários acessíveis, sinalização, vagas reservadas e áreas de manobra (Associação

Brasileira de Normas Técnicas, 2020). A norma representa instrumento essencial para identificação de inadequações e proposição de melhorias técnicas.

Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), a acessibilidade espacial deve ser compreendida como resultado da interação entre o ambiente construído e as condições funcionais de seus usuários, exigindo planejamento que favoreça autonomia, orientação e segurança. Essa perspectiva amplia a análise técnica para além do simples atendimento normativo, considerando também a experiência de uso do espaço.

Conforme apresentado na Tabela 1, a relação entre acessibilidade e patrimônio histórico exige abordagem integrada entre preservação arquitetônica, inclusão social e aplicação normativa. A adaptação de bens tombados deve buscar soluções que assegurem o uso democrático dos espaços sem comprometer sua identidade histórica, promovendo valorização patrimonial e justiça social.

Dessa forma, o presente trabalho busca identificar as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para acessar e se deslocar no Mercado Municipal de Uberaba, bem como indicar soluções compatíveis com os parâmetros normativos vigentes, respeitando as limitações impostas pela preservação histórica da edificação.

Tabela 1 – Relação entre acessibilidade, patrimônio histórico e intervenção técnica.

ASPECTOS	DESCRIÇÃO
Acessibilidade	Condição de uso seguro, autônomo e equitativo dos espaços
Patrimônio histórico	Bem edificado com valor cultural, arquitetônico e simbólico
Conflito técnico	Necessidade de adaptar sem descaracterizar
Papel da norma	Estabelecer critérios para avaliação e adequação
Finalidade da intervenção	Promover inclusão social e garantir o direito de circulação

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e descritiva, com realização de estudo de caso no Mercado Municipal de Uberaba, edificação pública tombada como patrimônio histórico municipal.

Inicialmente, foi realizado o levantamento histórico da edificação, contemplando sua inauguração, evolução funcional, características arquitetônicas originais e principais intervenções ocorridas ao longo do tempo. Essa etapa teve como finalidade compreender a relevância patrimonial do imóvel

e identificar possíveis alterações que influenciam as atuais condições de acessibilidade.

Em seguida, procedeu-se ao levantamento físico e fotográfico da edificação e de seu entorno imediato, utilizando pranchetas, trenas métricas e eletrônicas, registros fotográficos e recursos computacionais para organização e análise dos dados coletados. No ambiente interno, foram analisadas as dimensões dos espaços de circulação, escadas, sanitários, corredores, pontos de acesso, mezanino e áreas de permanência, observando-se as condições de deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No ambiente externo, foram avaliadas as condições das vias de acesso, passeios públicos, desníveis, meio-fio, pavimentação, vagas reservadas de estacionamento, transporte coletivo e demais elementos relacionados ao ingresso no edifício.

Posteriormente, os dados obtidos foram confrontados com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020), pelo Decreto nº 5.296/2004 e pela Lei nº 13.146/2015, permitindo a identificação das não conformidades existentes e a elaboração de propostas de adequação técnica compatíveis com as diretrizes de preservação patrimonial estabelecidas pelo CONDEPHAU e pelas orientações do IPHAN.

A análise buscou, portanto, conciliar os requisitos normativos de acessibilidade com a preservação das características históricas e arquitetônicas do imóvel, promovendo soluções viáveis, seguras e socialmente inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados obtidos neste estudo consistem no levantamento e na sistematização das condições atuais de acessibilidade do Mercado Municipal de Uberaba, abrangendo os ambientes internos, as instalações sanitárias e as áreas externas de acesso à edificação. A análise técnica permitiu verificar a conformidade do imóvel com os parâmetros físicos e funcionais estabelecidos pela ABNT NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020), especialmente no que se refere às condições de ingresso, circulação, permanência e utilização dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Foram identificadas inadequações relevantes no acesso externo, com presença de desníveis e ausência de soluções adequadas de transposição, comprometendo a autonomia de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Segundo a ABNT NBR 9050, os percursos acessíveis devem garantir circulação contínua, desobstruída e segura, com inclinações e dimensões compatíveis com o deslocamento universal (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020).

No estacionamento, observou-se insuficiência de vagas reservadas e inadequação na sinalização horizontal e vertical, contrariando os critérios

normativos exigidos para áreas públicas de uso coletivo. Nos sanitários, verificaram-se adequações parciais, especialmente relacionadas às áreas de transferência, barras de apoio e espaço de manobra, fatores que comprometem a plena utilização por pessoas com deficiência.

A circulação interna apresenta interferências provocadas pela disposição de bancas comerciais, mobiliário improvisado e corredores com largura reduzida, dificultando o fluxo contínuo e seguro dos usuários. O acesso ao mezanino também se mostra restrito, uma vez que ocorre predominantemente por escadas, sem alternativa acessível compatível com os princípios do desenho universal (Dischinger; Bins Ely; Piardi, 2012).

A Tabela 2 sintetiza os principais elementos avaliados, a situação observada e a respectiva referência normativa.

Tabela 2 – Elementos de acessibilidade analisados no Mercado Municipal de Uberaba

Elemento analisado	Situação observada	Referência normativa
Acesso externo	Presença de desníveis e inadequações	ABNT NBR 9050
Estacionamento	Vagas acessíveis insuficientes	ABNT NBR 9050
Sanitários	Adequações parciais	ABNT NBR 9050
Circulação interna	Interferências no fluxo de pessoas	ABNT NBR 9050
Mezanino	Acesso restrito	ABNT NBR 9050

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A partir do diagnóstico realizado, foi possível identificar que a principal dificuldade não está apenas na ausência de adequações físicas, mas na necessidade de compatibilizar as intervenções com a preservação das características históricas e arquitetônicas do bem tombado. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014), as intervenções em patrimônios protegidos devem respeitar a autenticidade material e simbólica da edificação, exigindo soluções reversíveis, discretas e tecnicamente fundamentadas.

A discussão evidencia que, em edificações protegidas por tombamento, a promoção da acessibilidade demanda intervenções tecnicamente fundamentadas, compatíveis com as diretrizes estabelecidas pelo inventário de tombamento do CONDEPHAU. Nesse sentido, o estudo busca demonstrar que a adequação acessível de bens históricos não representa prejuízo ao patrimônio, mas, ao contrário, constitui estratégia de valorização do espaço público, ao ampliar suas possibilidades de uso, fortalecer a inclusão social e promover melhores condições de mobilidade, conforto e bem-estar psicossocial à população usuária. Assim, as normas brasileiras de acessibilidade assumem papel central como referência técnica para a formulação de soluções viáveis, seguras e socialmente relevantes.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que a análise da acessibilidade em edifícios públicos históricos constitui importante instrumento de avaliação técnica e de promoção da inclusão social, especialmente no campo da Engenharia Civil. O estudo do Mercado Municipal de Uberaba evidenciou a presença de barreiras arquitetônicas e urbanísticas que dificultam o acesso, a circulação e a permanência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, comprometendo o uso pleno e democrático desse importante patrimônio público.

Verificou-se que as principais inadequações estão relacionadas aos acessos externos, à insuficiência de vagas acessíveis, às limitações dos sanitários, à circulação interna prejudicada e à restrição de acesso ao mezanino, aspectos que demonstram a necessidade de intervenções fundamentadas nos parâmetros da ABNT NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020) e na legislação brasileira de acessibilidade.

Observa-se ainda que, em edificações tombadas, a atuação do engenheiro civil ultrapassa os aspectos puramente construtivos, exigindo sensibilidade técnica para conciliar preservação patrimonial e inclusão social. A acessibilidade deve ser compreendida não apenas como exigência normativa, mas como princípio de cidadania e justiça social, garantindo que todos possam usufruir dos espaços urbanos com autonomia, segurança e dignidade (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o presente estudo reforça que a adequação acessível de bens históricos não representa prejuízo ao patrimônio, mas constitui estratégia de valorização urbana e fortalecimento da função social dos espaços públicos. Ao promover soluções compatíveis com a preservação arquitetônica, a Engenharia Civil contribui para a construção de cidades mais inclusivas, humanizadas e socialmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**. Florianópolis: MPSC, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. 5. ed. São Paulo: WVA, 2009.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade de Uberaba (UNIUBE), bem como aos profissionais e colaboradores que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo. Agradecem especialmente pelo apoio institucional, pela disponibilização de informações técnicas e pelo suporte durante as etapas de levantamento de campo, registros fotográficos e análise das condições de acessibilidade do Mercado Municipal de Uberaba.

Registram ainda reconhecimento à importância das contribuições acadêmicas e técnicas que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa, reforçando o compromisso com a promoção da acessibilidade, da inclusão social e da valorização do patrimônio histórico urbano.